TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 5ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 93ª (NONAGÉSIMA TERCEIRA) SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 20 DE OUTUBRO DE 2009.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Milton Barbosa a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no DCL nº 194 - Suplemento, de 27/10/2009, juntamente com a ata sucinta da 93ª Sessão Ordinária.)

Leitura das atas das sessões anteriores.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura das atas.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lidas e aprovadas sem observações as seguintes:

– Ata da 92ª Sessão Ordinária;

– Ata da 39ª Sessão Extraordinária.

Comunico também a presença do Deputado Leonardo Prudente aqui no plenário, na Mesa, da Deputada Erika Kokay e do Deputado Milton Barbosa. Convoco os demais Parlamentares que se encontram na Casa para comparecerem ao plenário para a sessão ordinária do dia 20 de outubro de 2009.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados para verificação de *quorum*.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

DATA 20/10/2009

VERIFICAÇÃO DE QUORUM

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE PRESENÇA DOS DEPUTADOS
5ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA– 2007/2010

DEPUTADO (A)	PRESENTE	AUSENTE	LICEN.
BATISTA DAS COOPERATIVAS–PRP		X	
BENEDITO DOMINGOS - PP		X	
BENÍCIO TAVARES–PMDB		X	
BISPO RENATO–PR		X	
BRUNELLI–DEM		X	
CABO PATRÍCIO–PT	X		
CHICO LEITE–PT		X	
CLÁUDIO ABRANTES - PPS		X	
CRISTIANO ARAÚJO–PTB		X	
DOUTOR CHARLES–PTB	X		
ELIANA PEDROSA - DEM	X		
ÉRIKA KOKAY–PT	X		
EURIDES BRITO–PMDB		X	
JAQUELINE RORIZ–PSDB		X	
MILTON BARBOSA–PSDB	X		
PAULO TADEU–PT		X	
PEDRO DO OVO - PMN		X	
RAAD MASSOUH - DEM		X	
RAIMUNDO RIBEIRO - PSL		X	
REGUFFE–PDT		X	
ROGÉRIO ULYSSES–PSB		X	
RÔNEY NEMER - PMDB		X	
WILSON LIMA–PR	X		
LEONARDO PRUDENTE–DEM	X		
TOTAL			

SECRETÁRIO DEPUTADO (A)

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Estão presentes 7 Deputados.

Continuo convocando os Parlamentares que se encontram na Casa, nos gabinetes ou nas Comissões, para que se desloquem ao plenário para a sessão ordinária do dia 20 de outubro de 2009.

Esta Presidência suspenderá a sessão por 30 minutos, conforme prevê o Regimento Interno. Depois, a sessão será reaberta para nova verificação de *quorum.*

DEPUTADO WILSON LIMA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Sem revisão do orador.) – Há *quorum* para os Comunicados de Líderes e de Parlamentares. Enquanto os Deputados chegam, penso que os interessados poderiam falar. Eu queria falar.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Vamos abrir então os Comunicados de Líderes, em vez de suspender a sessão.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu só vou falar com alguém no plenário, senão vou falar para o deserto.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Conforme prevê o Regimento Interno, esta Presidência suspenderá a sessão por 30 minutos, para reabri-la posteriormente e, caso haja *quorum* de Parlamentares, dará início aos Comunicados de Líderes.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 15h23min, a sessão é reaberta às 15h46min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Está reaberta a presente sessão.

Convido o Deputado Milton Barbosa a secretariar os trabalhos da Mesa.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados para verificação de *quorum*.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

DATA 20/10/2009

VERIFICAÇÃO DE QUORUM

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE PRESENÇA DOS DEPUTADOS
5ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA– 2007/2010

DEPUTADO (A)	PRESENTE	AUSENTE	LICEN.
BATISTA DAS COOPERATIVAS–PRP	X		
BENEDITO DOMINGOS - PP	X		
BENÍCIO TAVARES–PMDB		X	
BISPO RENATO–PR		X	
BRUNELLI–DEM		X	
CABO PATRÍCIO–PT	X		
CHICO LEITE–PT		X	
CLÁUDIO ABRANTES - PPS		X	
CRISTIANO ARAÚJO–PTB		X	
DOUTOR CHARLES–PTB	X		
ELIANA PEDROSA - DEM		X	
ÉRIKA KOKAY–PT	X		
EURIDES BRITO–PMDB	X		
JAQUELINE RORIZ–PSDB	X		
MILTON BARBOSA–PSDB	X		
PAULO TADEU–PT		X	
PEDRO DO OVO - PMN	X		
RAAD MASSOUH - DEM		X	
RAIMUNDO RIBEIRO - PSL		X	
REGUFFE–PDT	X		
ROGÉRIO ULYSSES–PSB	X		
RÔNEY NEMER - PMDB		X	
WILSON LIMA–PR	X		
LEONARDO PRUDENTE–DEM	X		
TOTAL	13	11	

SECRETÁRIO DEPUTADO (A)

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Estão presentes 13 Deputados, havendo, portanto, *quorum* regimental.

DEPUTADO WILSON LIMA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria propor a V.Exa. que abríssemos mão dos Comunicados de Líderes e dos Comunicados de Parlamentares para entrarmos na pauta propriamente dita, que é a apreciação dos vetos e a votação de alguns projetos.

DEPUTADO REGUFFE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria fazer um comunicado como Líder, se fosse possível.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – A proposta do Deputado Wilson Lima procederia se não houvesse questionamento por parte dos Parlamentares. Como os Líderes querem fazer uso da palavra e alguns Parlamentares também, neste momento darei início aos Comunicados de Líderes.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Há um consenso com a Oposição sobre alguns projetos que podem ser votados na tarde de hoje. Então, informo aos Deputados que, após os pronunciamentos, temos uma pauta consensual para votar na tarde de hoje. Aproveito para convidar todos aqueles que estiverem em seus gabinetes a se dirigirem ao plenário.

Obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputada Eurides Brito. Convoco os Parlamentares que estiverem na Casa, em seus gabinetes, nos corredores, para que venham ao plenário para a sessão ordinária. Assim que terminarem os Comunicados de Líderes, verificaremos se há consenso em todos os blocos para entrarmos diretamente na pauta.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu apresentei aqui na Câmara um projeto que incentiva os consumidores do Distrito Federal a reduzirem o consumo de água, dando um bônus desconto de 20% sobre a economia realizada ao consumidor que conseguir a redução. Isso faria com que um consumidor que reduzisse, por exemplo, em 10% o seu consumo de água, tomando por base o mesmo mês do ano anterior, tivesse, além dos 10% que consumiu a menos, 12% a menos na sua conta de água: 10% mais 20% sobre a economia realizada.

O projeto foi apresentado nesta Casa por mim, foi aprovado no primeiro semestre e foi sancionado pelo Governador. O projeto diz que a lei vigora a partir do dia da sua publicação. Nós já estamos quase em novembro, e até agora o projeto não foi implementado. Eu queria saber da Mesa desta Casa o que pode ser feito para que o projeto, aprovado por esta Casa e sancionado pelo Governador do Distrito Federal, seja colocado em prática. O projeto foi aprovado, sancionado, virou lei, mas até agora não foi regulamentado, não tem valor. Quero saber da Mesa o que pode ser feito para que o projeto seja transformado em lei, como foi no Diário Oficial.

Até porque a questão dos recursos hídricos no Distrito Federal é muito grave, é uma questão ambiental séria. Além disso, o consumidor tem direito a esse desconto. Se o consumidor entrar na Justiça, ele terá esse direito, pois já é lei, já foi publicado no Diário Oficial. Ou seja, aqueles que estão fazendo esforço para economizar água – os poucos que sabem, porque a imprensa também não informa – não estão tendo o desconto de 20% sobre a economia de água realizada, tomando por base o mesmo mês do ano anterior. O Governo não regulamenta uma lei aprovada por esta Casa, e tudo fica por isso mesmo. Então, eu queria saber da Mesa desta Casa o que pode ser feito para que isso entre em prática, entre em funcionamento.

Essa lei é inovadora, boa para a população e pode ser exemplo para o Brasil em termos de incentivo à economia de água. As pessoas ainda ganharão um bônus desconto na sua conta de água sobre a economia realizada. Eu quero saber da Mesa desta Casa o que pode ser feito diante disso, já que o Governo não regulamenta. Isso é do primeiro semestre, já estamos em novembro, e até agora nada foi feito.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Reguffe.

Concedo a palavra ao Deputado Milton Barbosa, Terceiro Secretário e membro da Mesa, para que possa responder a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero dizer ao Deputado Reguffe que lhe assiste razão. Também assiste razão a outros que antecederam S.Exa. e também reclamaram da falta de costume dos governos em regulamentar leis.

Um dia desses, o Deputado Paulo Tadeu conclamou a nós todos, Deputados, a somarmos esforços para que a Lei do Passe Estudantil seja regulamentada. Eu dei

razão a S.Exa., porque também tenho leis que não foram regulamentadas. Pego como exemplo uma delas, porque tem um apelo social muito grande, a do Fundo de Combate à Pobreza. A lei vai aniversariar agora e não foi regulamentada.

Dizia eu também, Deputado Cabo Patrício, que nós havíamos, no ano passado, feito uma correspondência ao Governador, fizemos um levantamento minucioso pela Terceira Secretaria, levamos ao Presidente Leonardo Prudente e acusamos a não regulamentação de nada mais, nada menos do que quinhentas e poucas leis. Isso vem revelar o mau vezo dos governos em não regulamentar leis, o que é muito ruim. Nós continuaremos insistindo.

Disse eu, naquele pronunciamento, que quem não quisesse regulamentar lei, deixasse a coordenação dessa regulamentação ao advogado Paulo Goyaz, ele não tem tempo de mexer com isso porque é Presidente do Gama. Ele está lutando para o Gama não cair para a quinta ou quarta divisão. Então, os governos todos precisam ter um pouco mais de cuidado com isso.

Nós vamos reiterar, mais uma vez, o pedido que fizemos da Casa. Olhe bem, são quinhentas e poucas leis que não foram regulamentadas. O número exato, eu não lembro. E as mais recentes, que estão aí e poderiam ter uma eficácia mais efetiva, não são regulamentadas. Tem uma lei de minha autoria – o Deputado falou da dele, outros Deputados falaram – que também tem um alcance muito grande, porque obriga os estabelecimentos bancários a instalar pelo menos um caixa em Braille. O BRB deu o pior exemplo que poderia dar. O banco do Governo não regulamentou e não está nem aí.

Então, Deputado Reguffe, V.Exa. tem toda a razão. Todos que reclamaram aqui de suas leis não regulamentadas têm razão também. Acho que o único Deputado felizardo desta Casa que teve a sua lei regulamentada foi o Deputado Wilson Lima, a Lei das Filas. Os órgãos, que deveriam obedecer a ela, não obedecem. É o samba do crioulo doido.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Deputado Milton Barbosa, é preciso saber o que o Paulo Goyaz anda fazendo, porque o Gama está numa situação muito ruim. Então, ele não deve estar se dedicando exclusivamente ao Gama.

Neste momento, concedo a palavra ao Deputado Pedro do Ovo.

DEPUTADO PEDRO DO OVO (PMN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, também quero aproveitar porque eu tive a felicidade de aprovar nesta Casa, com apoio de todos os Deputados, uma lei que trata de fazer com que os médicos emitam as receitas médicas via computador. Eu acho que esse projeto é muito bom não somente para nós Deputados, como também para a população. Eu acho que perdemos muito, porque ainda existem muitos médicos que prescrevem as receitas com aquele garranchos, dificultando muito o entendimento

dos balconistas, dos pacientes e seus acompanhantes. Eu gostaria de ver essa lei implantada no sistema, até porque, com certeza, diminuirá muito o número de acidentes que ocorrem nesta Capital.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Deputado Pedro do Ovo, muito obrigado. Com certeza, o Deputado Milton Barbosa irá tomar as providências necessárias para que as leis aprovadas nesta Casa sejam regulamentadas pelo Governador do Distrito Federal.

Concedo a palavra ao Deputado Wilson Lima, pelo Bloco Democrático Social Brasileiro.

DEPUTADO WILSON LIMA (Bloco Democrático Social Brasileiro. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, assessoria, público presente, pessoal da imprensa, subo a esta tribuna porque, na semana passada ou na semana anterior, aprovamos aqui o aumento salarial dos médicos. Esse aumento foi consubstancial. Nós demos um passo muito importante para que a Saúde Pública do Distrito Federal funcione melhor. Nesta Casa, eu fui um dos que abriram uma discussão e cobrei providências enérgicas. Levantei essa bandeira, inclusive, na campanha. Aqui nesta Casa não falei só uma vez, não!

Eu falei muitas vezes da dedicação exclusiva. Ou seja, antes nós tínhamos um quadro de médicos que prestavam um pequeno expediente num determinado hospital, depois iam para outro hospital, para outra clínica e depois para seu consultório próprio. Às vezes, eles davam expediente em 4 lugares diferentes. Com essa proposta, onde ele exerceria melhor a atividade? Claro que na rede pública! Esse excesso de atividades ocorria porque, talvez, não houvesse uma fiscalização. O médico terminava de atender seus pacientes e saía correndo para outros hospitais. Então, era um corre-corre enorme para poder cumprir sua agenda de trabalho em vários locais.

Com a aprovação do aumento salarial, os médicos, os profissionais da Saúde, passaram a ganhar melhor e com isso eles terão mais tempo para atender num emprego que lhes garanta o pão de cada dia – é certo que é a rede pública –, não tendo mais necessidade de ir para a rede particular ou para seu consultório. Tivemos oportunidade de ver os depoimentos dos médicos na televisão, que nos disseram isso.

A população merece um melhor atendimento por parte dos médicos. Com o aumento dos salários, os médicos poderão dar um atendimento, um expediente, com dedicação exclusiva. Nós temos alguns Estados da Federação que já fazem isso com sucesso, como é o caso de Roraima e acho que do Amapá.

Houve um projeto de lei, de iniciativa do Executivo, e não podia ser diferente, que prevê que o profissional de saúde fará a sua opção pela dedicação exclusiva e receberá mais. Porém, não poderá ficar sassaricando, fazendo bico, o que causa um nervosismo no profissional por querer estar ao mesmo tempo em mais de

um local, bem como causa aumento do tráfego nas nossas vias públicas. O médico fica sujeito a acidentes, ocasionando uma qualidade de vida sofrível a esse profissional, trazendo até um descontentamento para sua família.

O nosso objetivo, daqui para frente, é que o médico tenha mais tempo para a família e uma maior dedicação aos seus pacientes, que hoje ainda não são bem atendidos nos hospitais públicos. Mas quem sabe de agora em diante, com a melhoria dos salários, o paciente possa ter um atendimento de qualidade, o que seria um resultado da dedicação exclusiva. A dedicação exclusiva permite que o médico, ao ver o paciente, diga: "Eu já conheço a história desse paciente, vou conversar com ele para tratá-lo melhor."

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, eu acho que a dedicação exclusiva é a saída para a melhoria da qualidade de vida da nossa cidade, dos pacientes e dos próprios médicos. Quando digo médicos, refiro-me aos profissionais da Saúde, como os enfermeiros, os técnicos de enfermagem, ou seja, às pessoas que fazem o atendimento à clientela, aos pacientes do Distrito Federal.

Para encerrar minhas palavras, quero dizer que o Governador acertou em cheio. Agora é preciso conceder esse aumento aos outros profissionais para que eles não necessitem trabalhar em 2 ou 3 empregos.

DEPUTADO DR. CHARLES – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO WILSON LIMA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO DR. CHARLES (PTB. Sem revisão do orador.) – Nobre Deputado, V.Exa. está com absoluta razão. Eu acho que acabar com esse negócio de ficar pulando de um lugar para outro é um grande serviço à Saúde Pública do Distrito Federal e também aos médicos, que não querem isso. Com o aumento digno que agora estão recebendo, poderão fazer isso, principalmente se concretizada a proposta que nós estamos levando ao Governador, com a qual ele se sensibilizou, que é a volta da Fundação Hospitalar, não com esse nome, mas com o nome de Fundação de Saúde. Dessa forma, vai haver mais agilidade e celeridade, para que nós possamos proporcionar uma Saúde adequada.

Repito o que V.Exa. disse: quem faz Saúde no Distrito Federal não são só os médicos. Todas as outras categorias, inclusive as de nível médio, também têm que ter uma remuneração justa. Então, nós precisamos pensar – e o Governador também – em dar um aumento às outras categorias para que nós tenhamos uma Saúde de qualidade. Mas não podemos nos ater apenas ao aumento. Precisamos também melhorar as condições de trabalho, os equipamentos e os meios para que se possa proporcionar uma Saúde de qualidade.

Muito obrigado, Sr. Deputado.

DEPUTADO WILSON LIMA – Agradeço o aparte do Deputado Dr. Charles, que é da área médica.

Para concluir, Sr. Presidente, já que não preciso de mais tempo: viva a dedicação exclusiva e viva o atendimento médico e de saúde do Distrito Federal, que eu tenho certeza que pode ser um exemplo para todo o País!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DEPUTADO DR. CHARLES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DR. CHARLES (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estou achando que há uma inversão aqui no Distrito Federal, uma coisa absolutamente esquisita. O Administrador da Estrutural, Sr. Antônio Barbosa, chamou alguns conhecidos meus há cerca de 15 dias – fez isso na semana passada e ontem novamente –, para colher seus nomes, dizendo-lhes que, se não fizessem reunião para ele, ele os mandaria embora. Colheu os nomes e disse que os levaria ao Governo para mandá-los embora.

Eu quero saber se ele está lá para ser administrador e fazer o trabalho dele adequadamente, ou se ele está lá para catapultar a candidatura dele a Deputado Distrital. Eu preciso saber disso, porque, se ele continuar constrangendo os servidores da Estrutural, eu vou fazer um requerimento para que ele venha à Câmara Legislativa do Distrito Federal, pois ele tem que respeitar as pessoas que trabalham com ele.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Deputado Dr. Charles, acato a solicitação de V.Exa. É importante que V.Exa. faça um requerimento de convocação do Administrador Regional para que nós possamos indagá-lo a respeito dessa questão. Vou aguardar o requerimento na Mesa, Deputado Dr. Charles, para que nós possamos apreciá-lo.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Deputado Dr. Charles, ouvi atentamente o que V.Exa. falou. Eu queria comungar com o seu ponto de vista. Não é porque o Sr. Antônio Barbosa é do meu partido, o PSDB, que vou atestar qualquer atitude dele. Ele está lá para administrar a cidade para o cidadão e não tentar cooptar pessoas ligadas a outros Deputados para fazerem reuniões para ele. Se preciso for, eu também assino o requerimento.

Mas vou telefonar para ele e informar-lhe a solicitação que V.Exa. fez aqui. Vou dizer-lhe que, se ele estiver fazendo isso, está obrando mal. Ele não pode fazer isso. Eu sou um crítico disso. Uma das grandes dificuldades dos Deputados para exercer a atividade parlamentar são práticas como essa, se verdadeiras forem.

DEPUTADO DR. CHARLES (PTB. Sem revisão do orador.) – Deputado Milton Barbosa, posso citar a V.Exa. os nomes para serem testemunhas.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria, porque quando ele me contraditar, eu direi os nomes a ele.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Deputado Dr. Charles, solicito a V.Exa., então, que faça o requerimento e o encaminhe à Mesa, para que possamos apreciá-lo, já que alguns Parlamentares concordam com V.Exa. Eu também assinarei e votarei favoravelmente para que nós convoquemos o Administrador Regional e possamos esclarecer e elucidar essa situação, até porque é de interesse não só da população da Estrutural, como de toda a sociedade do Distrito Federal.

Solicito, então, a V.Exa. que a sua assessoria encaminhe o requerimento à Mesa para que possamos convocá-lo.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no DCL nº 194 - Suplemento, de 27/10/2009, juntamente com a ata sucinta da 93ª Sessão Ordinária.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra ao Deputado Milton Barbosa, pelo Bloco Parlamentar Social Trabalhista.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (Bloco Parlamentar Social Trabalhista. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje é o Dia do Arquivista e o Dia do Controlador de Tráfego Aéreo.

É preciso lembrar o arquivista pela importância da função que ele exerce. Marly dos Santos Vasconcellos escreveu um artigo em que diz que o trabalho do arquivista nunca termina. É um trabalho para a posteridade, no duplo sentido de ser feito para e pela posteridade. Portanto, no Dia do Arquivista e no Dia do Controlador de Tráfego Aéreo, os parabéns desta Casa e meus parabéns.

Nós já discutimos aqui não uma vez só, mas inúmeras, a falta de respostas de segmentos do Governo a expedientes que daqui são originados por proposta de Parlamentares.

Estou nas mãos com uma resposta que veio através do advogado Josafá Dantas. O ofício dele é o de número 230/2009, da SUAPE, de 14 de outubro. Ele me encaminha uma resposta do Secretário José Luiz Valente a uma indicação que foi encaminhada a S.Exa. em 28 de outubro de 2008. Agora, S.Exa. manda para o Sr. Josafá Dantas um ofício restituindo o documento que encaminhou a indicação para S.Exa. O ofício nº 1.742/2009, de 13 de outubro, diz simplesmente que está

restituindo o ofício e informa que o assunto não é afeto à Secretaria de Educação, mas à Secretaria de Ciência e Tecnologia.

Olha, desgraçada a instituição que gasta um ano para dar uma resposta desse tipo. Isso aqui devia ir para os casos de curiosidades ou para a esteira do peso da máquina burocrática. É vergonhoso uma resposta demorar tanto tempo para dizer: a competência não é minha, é da Secretaria de Ciência e Tecnologia. Isso é que faz o relacionamento aqui e ali ser arranhado. Por que S.Exa. não disse logo que não era sua competência?

Sr. Presidente, nós vamos comemorar, no próximo dia 22, o aniversário do Estado do Piauí, com a festa: O Piauí é aqui no coração do Brasil, no Centro de Convenções. Já foi amplamente noticiado, mas eu queria, em nome da chamada bancada do Piauí, convidar mais uma vez todos os Parlamentares, todos os assessores, a população de maneira geral, principalmente a colônia piauiense, que, segundo dados não muito confiáveis, é a terceira ou quarta colônia aqui do Distrito Federal. Eu queria convidar mais uma vez a todos e agradecer ao Governo do Distrito Federal, ao Governador Arruda, pelo apoio que vem dando ao evento.

Muito obrigado

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Milton Barbosa.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, assim que terminarem os comunicados, já há uma pauta em consenso que gostaríamos de ver analisada na tarde de hoje. Nós vamos apreciar os vetos aos arts. 311, 314, 316 e 319 do Projeto de Lei Complementar nº 46, de 2007; o veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.221, de 2009, item nº 5, e o veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.273, de 2009, item nº 7, que nada têm a ver com o PDOT. Vamos apreciar também o item nº 27 da pauta, que trata da criação do Fundo de Combate às Drogas. Essa foi a pauta acordada.

DEPUTADO BRUNELLI – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BRUNELLI (PSC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na sessão anterior, na quarta-feira, pedimos a inclusão dos PDLs nºs 400, 416, 417 e do PDL que concede título de Cidadã Honorária à apóstola Ana Marita Nogueira Terra Nova. Eu gostaria que V.Exa. também os incluísse na Ordem do Dia, assim como o PDL que concede título de Cidadão Honorário ao Sr. José Ricardo Marques.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Acato a solicitação de V.Exa. Assim que a pauta for desobstruída e houver condição de votar, poderemos apreciar os PDLs.

Quanto à solicitação da Deputada Eurides Brito, assim que terminarem os Comunicados de Líderes e os Comunicados de Parlamentares, consultaremos o Colégio de Líderes quanto ao consenso para a votação.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu creio que o Governo do Distrito Federal sofre com uma crise de entendimento sobre o que significa uma república. Vejo isso, Sr. Presidente, quando o Governador articula na vaga da Câmara Legislativa do Distrito Federal um conselheiro que diz que, em muitas ocasiões, é o próprio Governador. Portanto, cria uma candidatura e impõe, de certa forma, sutilmente, sua candidatura para apreciar suas próprias contas.

Acho que há uma crise republicana quando o Governo do Distrito Federal exonera um defensor público simplesmente porque está cumprindo a sua função pública, impetrando e ganhando ações para que a população tenha direito a UTI, tenha direito a medicamento. Acho que sofre uma crise republicana quando repassa 195 milhões da área de Saúde para a iniciativa privada sem licitação. Acho que sofre uma crise republicana quando pega emprestado da empresa que assumiu a UTI do Hospital Regional de Santa Maria, "quarteirizada", sucatas como kits de UTI, que seriam destinadas à área pública, vetadas tecnicamente, e paga com os nossos recursos leitos e kits de primeiro mundo para o Hospital Regional de Santa Maria, que só tem esses leitos e nenhum leito além desses; e o Governo está pagando 33 milhões para uma empresa privada administrá-lo.

Acho que um dos sintomas mais evidentes de que há uma crise republicana na concepção de Estado deste Governo é quando vemos o Secretário Adjunto de Saúde dizer com todas as letras que o seu partido, o PPS, decidiu assumir a Secretaria de Saúde para fortalecer o partido.

Penso que sou uma privilegiada por não achar que isso é normal, nem natural, por ainda manter a capacidade – e a vida me permita que eu mantenha sempre esta capacidade – de me indignar. O Presidente do PPS, que é Secretário Adjunto da Secretaria de Saúde, diz que o seu partido decidiu assumir a Secretaria de Saúde para fortalecer o PPS. Diz isso literalmente. Estamos falando de uma política pública, talvez a mais basilar; de uma concepção de Estado que deveria ser pública, e não se poderia permitir que houvesse uma declaração de que assumimos a Secretaria de Saúde para fortalecer o nosso partido. Nada mais violador do sentimento republicano! Diz ainda o Secretário Adjunto que as críticas feitas à Saúde são feitas ao seu partido.

Tamanha é a visão patrimonialista de que o que é público deve se vergar a interesses particularizados, que é a visão patrimonialista das capitanias hereditárias, essa mesma visão patrimonialista que faz com que a política se vergue a interesses privados, essa mesma visão patrimonialista que faz com que se encarem mulheres e crianças como objetos, de que tudo tem dono.

A Secretaria de Saúde não é do PPS, ela é do povo do Distrito Federal. Atuar na Secretaria de Saúde é atuar em benefício do povo que está escondido e esquecido pela Secretaria de Saúde. E digo, para além disso, que encarar que as críticas são críticas ao seu partido é impedir o exercício democrático de que se possa criticar e fiscalizar o Poder Público. Sr. Fernando Antunes, se a Saúde tem dono, o dono tem que ser o povo. A Saúde não pode deixar de ter o controle social, porque poder sem controle social é poder absolutista, que é o que estamos vendo no Distrito Federal.

Para concluir, Sr. Presidente, eu gostaria apenas de dizer que queremos saber quanto custou a vinda de Pelé para a inauguração da Vila Olímpica de Samambaia. Quanto custou? Será que custou os mesmos 9 milhões para um Ailanto, empresa inexistente, da reinauguração do Bezerrão?

Eu gostaria de saber por que a maioria das pessoas que estava na inauguração da Vila Olímpica eram servidores do Distrito Federal. Quero saber quanto custou o dia de trabalho que deveria ter sido dado ao povo do Distrito Federal e que foi transformado em uma claque artificial, como artificial é este Governo, para aplaudir o rei Pelé, cuja vinda saberemos quanto custou aos cofres públicos, e um Governador que, a cada dia que passa, tenho mais certeza de que é um Governador de plástico, um Governador de casca, um Governador do espetáculo e não da política real, da política garantidora de direitos que o povo do Distrito Federal merece.

DEPUTADO WILSON LIMA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, acho que a Deputada Erika Kokay, hoje, está meio nervosa e teceu comentários ao Governador que mais trabalhou pelo Distrito Federal, haja vista que as obras que S.Exa. tem realizado estão incomodando muito a Oposição.

A Oposição cumpre muito bem o papel dela, que é o de jogar pedra, pau e criticar tudo o que o Governo faz. Mas o povo está satisfeito, as pesquisas dizem isso. Se o PT estiver no Governo e eu estiver nesta Câmara, vou fazer o mesmo. Mas o PT não vai chegar lá, não vai haver tempo para ele, não, porque o Arruda não vai dar esse gostinho.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Deputado Wilson Lima, eu deveria estar muito nervosa. Agora, se V.Exa. sorri quando um Secretário Adjunto diz que assumiu a Secretaria de Saúde para fortalecer o seu partido, V.Exa. está sorrindo do que deveria provocar indignação.

Acho que, pela sua história, V.Exa. não concorda com isso. Não concorda em que alguém assuma uma Secretaria importante como a da Saúde para fortalecer o seu partido, como foi dito pelo Sr. Fernando Antunes. Digo, Sr. Presidente, que enquanto V.Exa., Deputado Wilson Lima, acha que o Governo está muito bem, temos instituições, como o CAJE, superlotadas; temos crianças convivendo com ratos em um abrigo do Distrito Federal. Enquanto V.Exa. diz que está tudo bem, temos uma Saúde que, na sua cidade, V.Exa. sabe como está.

Na sua cidade, pessoas não sabem se estarão vivas para esperar uma cirurgia; pessoas dormitam na fila, o que contribui para rasgar a própria autoestima. Portanto, Sr. Deputado, se V.Exa. está feliz e faz parte da claque já dizia Gonzaguinha: "A plateia ainda aplaude, ainda pede bis". Já pediu bis várias vezes, pelas obras. Acho que, para além do concreto, há vida. E essa vida está sendo absolutamente subjugada pelo Governo do Distrito Federal.

DEPUTADO WILSON LIMA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Só quero pedir aos Parlamentares que evitem esse bate-bola. Depois, cada um falará nos Comunicados de Líderes ou de Parlamentares, para que possamos entrar na Ordem do Dia.

Concedo a palavra a V.Exa., Deputado Wilson Lima.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Sem revisão do orador.) – Ainda nessa linha, a Deputada disse bem quando menciona que a Saúde às vezes não está tão boa. Mas o Governo mandou para cá um projeto – foi aprovado – que aumentou substancialmente o salário dos médicos. Com isso, os médicos irão trabalhar muito bem, se Deus quiser, e ajudar a melhorar a Saúde a cada dia.

Mas não foi nesse sentido que ela falou. Ela criticou a Vila Olímpica. Até então, estamos preparando atletas para disputar, quem sabe, em 2016. Não só essa Vila Olímpica, mas outras serão inauguradas. E nenhum Governo teve coragem de fazer o que este Governo está realmente fazendo: um ótimo trabalho e uma preparação da nossa cidade para os jogos.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, peço que passemos à Ordem do Dia, dando preferência aos projetos

sobre os quais já há consenso e que possamos apelar para que os Deputados adentrem o plenário. Há muitos Deputados na Casa.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Deputada, acato a solicitação de V.Exa. O problema é que estamos em Comunicados de Líderes ainda. Inclusive, a última inscrita é V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, abro mão, para que possamos acelerar o processo de votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Consulto os Parlamentares presentes se vão fazer uso da palavra nos Comunicados de Parlamentares. (Pausa.)

O Deputado Paulo Tadeu quer falar, a Deputada Erika Kokay e o Deputado Brunelli também. Então, teremos que abrir os Comunicados de Parlamentares.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no DCL nº 194 - Suplemento, de 27/10/2009,

juntamente com a ata sucinta da 93ª Sessão Ordinária.)

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, tenho 2 requerimentos. Já conversei com a Líder de Governo sobre a possibilidade de votá-los no dia de hoje e, se possível, que seja feita a leitura para a realização de comissões gerais, uma neste mês e outra no mês que entra, e a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Acato a solicitação de V.Exa. Peço que sejam entregues à Assessoria de Plenário, a fim de que possam ser lidos e colocados na Ordem do Dia para votação.

DEPUTADA JAQUELINE RORIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA JAQUELINE RORIZ (PMN. Sem revisão da oradora.) – Deputado, eu gostaria que qualquer acordo feito nesta Casa me fosse comunicado, porque agora sou a Liderança do PMN e ainda não fui consultada para nenhuma das votações.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Deputada Jaqueline Roriz, só para conhecimento de V.Exa., que é Líder do PNM, e dos demais partidos, na solicitação da Deputada Eurides Brito, coloquei que vou dar continuidade aos

Comunicados de Parlamentares e, se for o caso, suspender a sessão durante 10 minutos, para que o Colégio de Líderes se reúna e decida a pauta e a votação. Depois, retornaremos ao plenário para as votações.

DEPUTADO WILSON LIMA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, farei uma retificação. O Deputado Brunelli falou que consta um requerimento no Expediente. Na verdade, são 2 requerimentos, de autoria da Deputada Erika Kokay. Está contemplado o requerimento da Deputada Erika Kokay.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Então, os requerimentos apresentados pela Deputada Erika Kokay estão contemplados no Expediente sobre a mesa, lido pelo Deputado Brunelli, que estava secretariando a Presidência.

DEPUTADO BRUNELLI – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BRUNELLI (PSC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu incluí o requerimento da Deputada Erika Kokay na Ordem do Dia. Parece que esse é o assunto alvo dela.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Acato a solicitação de V.Exa., como acatei a da Deputada Erika Kokay. Já está aqui e será apreciado posteriormente.

DEPUTADO BRUNELLI – Sr. Presidente, eu gostaria de comunicar que estou fazendo parte do PSC e, como único integrante do PSC na Casa, qualquer acordo tem que passar antes por uma consulta comigo.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Com certeza, Deputado Brunelli. Qualquer tema discutido, qualquer acordo que for feito, esta Presidência consultará o Colégio de Líderes, com todos os blocos partidários, para que todos os líderes se pronunciem a fim de que saibamos qual o acordo existente e qual votação será encaminhada.

DEPUTADO WILSON LIMA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, também solicito a V.Exa. que inclua na Ordem do Dia a moção que foi lida pelo Deputado Brunelli.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Acato a solicitação de V.Exa. e solicito à assessoria de Plenário que inclua a moção na Ordem do Dia.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Paulo Tadeu.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, demais parlamentares, recebi hoje um documento que será estendido a todos parlamentares, Deputado Reguffe, com relação a uma situação – a Deputada Erika Kokay vem atuando nesse setor – que diz respeito à preocupação dos servidores do Hospital Regional de Sobradinho, bem como, Deputado Cabo Patrício, do Conselho Regional de Saúde da nossa cidade.

Deputado Dr. Charles, a informação que temos hoje é a de que o Governo pretende tirar da cidade de Sobradinho um instrumento importante para uma comunidade que hoje reúne aproximadamente 300 mil pessoas. Temos um Centro Obstétrico em Sobradinho que, de uma maneira ou de outra, atende a população da nossa cidade e atende também a população de outras cidades. A comunidade, Deputado Raad Massouh, bem como os servidores, foram surpreendidos com a possibilidade de retirada desse Centro Obstétrico de Sobradinho, o que irá gerar um grande transtorno para nossa população.

Imagine só, Deputado Cabo Patrício, como se não bastasse toda a situação da Saúde, tem-se a intenção agora de retirar de Sobradinho um dos melhores centros de referência nesse setor e transferi-lo para a Asa Sul. O que significa dizer que a população de Sobradinho ficará desassistida completamente de toda uma política pública na área da Saúde voltada para a mulher e para a criança.

Como estou nos Comunicados de Parlamentares, não há aparte. Então, Deputado Raad Massouh, quero chamar a atenção, aproveitando a presença da Deputada Eurides Brito, da presença na sala do cafezinho do Secretário de Governo Geraldo Maciel e pedir que o Governo não permita a retirada desse Centro de Obstetrícia de Sobradinho, porque se isso acontecer, é um ataque frontal aos direitos daquela comunidade. São 300 mil moradores. Inclusive, quero dizer a este plenário, Deputado Reguffe e Deputada Jaqueline Roriz, que eu nasci ali, fruto desse centro. Tive a minha origem em Sobradinho e de repente vão acabar com essa possibilidade. Então é uma defesa, Deputado Benício Tavares, como V.Exa. está falando, de 300 mil habitantes. Nós não podemos deixar que isso aconteça.

Espero muito que o Governador Arruda e o Secretário Augusto Carvalho tomem as devidas providências para que isso não ocorra. Todos os parlamentares irão receber, porque o presidente do Conselho Regional de Saúde de Sobradinho está aqui na sala do cafezinho e quer distribuir esta carta, uma carta do Conselho, mas é também um documento dos servidores da Saúde, daqueles enfermeiros, médicos da área da Saúde, Deputado Raad Massouh, que estão pedindo a esta Casa que faça uma ação concreta para impedir isso.

Quero pedir, inclusive, à Comissão de Educação e Saúde desta Casa que faça uma intervenção nesse assunto. Aqui nós temos uma comissão permanente que não

pode ficar só no papel, ela tem que agir na prática. Eu não sei exatamente quem são os membros. Caso não esteja enganado, são os Deputados Dr. Charles, Raad Massouh, a própria Deputada Erika Kokay e o Deputado Cabo Patrício. Os deputados dessa Comissão deveriam, na minha avaliação, entrar nesse assunto para que isso não aconteça. Sobradinho não pode perder esse espaço importante em defesa da nossa comunidade.

Era esse o comunicado que queria fazer. Peço muito a V.Exa., Sr. Presidente, à Deputada Eurides Brito, Líder do Governo, que tomem as providências necessárias para que isso não ocorra na cidade de Sobradinho.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Paulo Tadeu.

Quero indagar ao Presidente da Comissão de Educação e Saúde, Deputado Dr. Charles, a possibilidade de uma data para uma reunião da comissão permanente, para que possamos tratar não só desse assunto, como também de outros da área da Saúde que foram debatidos neste plenário.

DEPUTADO DR. CHARLES (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, aceito imediatamente. Vamos falar com os nossos assessores para promover essa reunião, uma vez que, como foi dito pelo nobre Deputado Paulo Tadeu, que trouxe essa questão até nós, 300 mil pessoas poderão ser prejudicadas. Então, vamos tomar providências.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Quero consultar V.Exa., Deputado Dr. Charles, se já não podemos sair daqui com uma data marcada. Por exemplo, na próxima terça-feira, às 14h, reunião da Comissão de Educação e Saúde. Que V.Exa. consulte a sua assessoria e já possa trazer ao Plenário, daqui a 30 minutos, a informação.

DEPUTADO DR. CHARLES – Sr. Presidente, a reunião já está marcada para a outra quinta-feira, porque nessa teremos A Câmara Mais Perto de Você.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Que horas, Deputado Dr. Charles?

DEPUTADO DR. CHARLES – Às 14h30, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Então, comunico aos membros da Comissão de Educação e Saúde que, na próxima quinta-feira, às 14h, reunião da Comissão de Educação e Saúde, o que não impede que o seu Presidente possa fazer uma convocação extraordinária mudando a data e o horário da reunião.

DEPUTADO DR. CHARLES – Com certeza, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Deputado Paulo Tadeu está coberto de razão porque, sob o argumento de uma reforma cuja necessidade não negamos, vai se tirar da população de Sobradinho, por um período longo, um centro obstétrico. Vai se tirar essa possibilidade. A população terá que se deslocar para um hospital da Asa Sul, onde já estivemos e verificamos o atendimento de uma demanda de neonatal para as crianças que precisam de UTI de médio risco. Deputado Benedito Domingos, tenho certeza de que V.Exa. não iria rir, mas se sensibilizar. Crianças recebendo oxigênio puro, o que pode causar lesões irreversíveis. Crianças recém-nascidas sendo alojadas em locais onde se deveria dar banho nelas.

Não é à toa, Sr. Presidente, que o Ministério Público começa a se posicionar sobre todo esse desmando que está acontecendo no Governo do Distrito Federal. Já existem algumas ações de improbidade sendo apresentadas contra a Secretaria de Saúde, e não apenas contra ela. O Ministério Público ajuizou ação de improbidade contra o Governador do Distrito Federal e a construtora Mendes Júnior. A ação envolve um valor de quase 10 milhões contra o Governador do Distrito Federal e a empresa Mendes Júnior, por improbidade.

Por improbidade está sendo processada também a Secretaria Adjunta, o Secretário Adjunto de Saúde do Governo do Distrito Federal. Mas enquanto tudo isso acontece, há também os servidores da Saúde que não foram contemplados com a proposta de incorporação da gratificação, como foram os médicos. É preciso entrar em qualquer unidade de saúde para ver que nenhuma delas funciona somente com profissionais médicos. Sem os demais profissionais, as unidades de saúde não podem funcionar. Eu vi dois profissionais de enfermagem fazerem, na sala de medicação da emergência do Hospital de Planaltina, em média, 980 atendimentos em 12 horas. Eu vi profissionais de saúde atenderem até 30 pessoas, quando deveriam atender no máximo 7 pessoas, de acordo com a Organização Mundial de Saúde. Eu vi profissionais de saúde improvisarem, como se pode improvisar em defesa da vida, para que os pacientes pudessem ser bem atendidos.

O reajuste dos médicos é justo. Justo! E não é verdade que os médicos não se valorizam no exercício da profissão na rede pública. Não é verdade! Há médico que está indo operar com fios que ele mesmo compra nesta cidade. Há médicos que utilizam o seu próprio equipamento e os próprios insumos, comprados do seu bolso, porque a Secretaria não disponibiliza. Portanto, é justo o reajuste dos médicos! Mas ele não pode ser dado apenas para os médicos, porque nós não vamos manter os hospitais e as unidades de saúde funcionando somente com médicos. Os servidores, na sua globalidade, 17 mil servidores, precisam sentar e ter uma proposta semelhante à dos médicos. Nós não podemos admitir que aos médicos sejam concedidos, em média, 23% de ganho real e aos servidores da saúde 5,5%. Isso é apostar na hierarquização, é apostar na divisão dos profissionais de saúde.

Por isso eu me somo ao Deputado Paulo Tadeu, porque ainda que se vá reformar o centro obstétrico, que a população de Sobradinho não perca esse atendimento e não se sobrelote o hospital da Asa Sul, um hospital especializado em atendimento materno-infantil. Que não se sobrecarregue aquele hospital, porque aquele hospital passou recentemente por uma reforma, ocasião em que as pacientes foram encaminhadas para o hospital da Asa Norte. Foram encaminhadas sem medicamentos e sem insumos.

Portanto, falta gestão na Secretaria de Saúde. É preciso assegurar o atendimento obstétrico da população de Sobradinho; é preciso assegurar condições dignas de atendimento no hospital da Asa Sul; e é preciso deixar de se desviar tantos recursos para a iniciativa privada. Para a iniciativa privada! Só a Real Sociedade Espanhola levou quase 20 milhões, quase 20 milhões! Uma empresa processada, sem atestado de idoneidade financeira. Enquanto isso, toda a rede teve apenas 13 milhões de investimentos. Urge, portanto, que nós possamos protestar, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, foram lidos hoje os Projetos de Lei nºs 1.429 e 1.430, que tratam de créditos adicionais à Lei Orçamentária. Os dois se destinam a pagamento de pessoal para a folha deste mês, e eu gostaria que V.Exa. os considerasse. Exclusivamente pagamento de pessoal, e como nós temos uma tradição de não deixarmos atrasar pagamento de pessoal, eu gostaria que V.Exa. os considerasse.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Vou considerá-los e incluí-los na pauta, e como disse a V.Exa. anteriormente, assim que concluirmos os Comunicados de Parlamentares, faremos uma reunião do Colégio de Líderes para decidirmos a pauta e iniciarmos a apreciação dos itens.

Concedo a palavra ao Deputado Raad Massouh. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Milton Barbosa. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Eurides Brito. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Jaqueline Roriz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (DEM. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, prezados colegas, eu quero dizer que está chegando mais uma edição do Festival de Cinema de Brasília e eu tenho nesta Casa, Sr. Presidente, um projeto protocolado em 2005 para aumentar o valor dos prêmios.

Brasília é um celeiro de grandes cineastas. Temos um jovem, o Thiago Moysés, que teve o seu filme indicado inclusive para o Oscar – não ganhou, mas foi indicado. Eu penso que devemos cada vez mais incentivar a cultura através de todas as suas formas aqui no Distrito Federal. Esta Casa faria justiça aumentando o valor desse prêmio.

Então, Sr. Presidente, peço que coloque em votação o meu projeto, que é de 2005, e que esta Casa faça um esforço para retornar, através da Terceira Secretaria, os projetos que estão em andamento, as autorias, para que não tenhamos embates sobre autoria de projetos. Eu acredito que devemos trabalhar para melhorarmos o Distrito Federal e, melhorando esse prêmio, incentivaremos mais cineastas e consequentemente a produção de filmes no Distrito Federal. Isso significa a criação de vários empregos: iluminadores, figurinistas, costureiros, atores, contrarregras. Enfim, uma série de profissões pode ser alavancada, aproveitando assim esse celeiro que temos e os grandes nomes que temos, para que possamos incentivar também toda uma nova leva de profissionais.

Então, Sr. Presidente, eu gostaria que esse projeto fosse colocado na pauta de votação – que V.Exa. fizesse essa gentileza para que me fizesse justiça – para que pudéssemos atender a algo justo, principalmente com a chegada do Festival de Cinema, que ocorrerá em breve.

Muito obrigada.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (PPS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, aproveitando o pronunciamento da Deputada Eliana Pedrosa, eu quero aqui – inclusive já disse isso em outros momentos – reconhecer que S.Exa. possui um projeto de resolução, de 2005, que trata do mesmo tema, pois apresentamos na semana passada um projeto de resolução com a mesma temática.

Nós podemos muito bem sentar e conversar, porque a única diferença entre nossos projetos é que acrescentamos a questão da premiação para o cinema digital, que não havia no projeto de autoria da Deputada Eliana Pedrosa.

Não vejo problema em fazermos uma adaptação e, naturalmente, render os louros a quem teve a ideia primeiro, que foi realmente a Deputada Eliana Pedrosa. Somente esclareço que esse nosso projeto possui uma amplitude um pouco maior, porque hoje o cinema digital já é usado sobretudo na produção de curtas, e precisamos também contemplá-lo.

Então, eu proponho, com esta solicitação, que possamos chegar a um consenso e realmente votarmos. Para mim, interessa que o prêmio seja corrigido e que os cineastas da cidade possam ter esse benefício da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Entendi a colocação de V.Exa., Deputado Cláudio Abrantes, e agradeço a sua gentileza. Também acato o pedido da Deputada Eliana Pedrosa, que tem toda a razão, pois o projeto dela é mais antigo, inclusive a questão da autoria. Então, solicito aos dois Parlamentares que procurem um entendimento, inclusive com o auxílio da assessoria técnica, para que depois possamos colocar em votação o projeto em questão, com a participação dos demais Parlamentares. Assim que houver um consenso, informem à Presidência da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no DCL nº 194 - Suplemento, de 27/10/2009, juntamente com a ata sucinta da 93ª Sessão Ordinária.)

DEPUTADO WILSON LIMA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a V.Exa. que, assim que os referidos projetos sejam numerados, inclua-os na Ordem do Dia. Esse foi o pleito do Deputado Rogério Ulysses.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Acato o pedido de V.Exa.

Concedo a palavra ao Deputado Raad Massouh.

(Assume a Presidência o Deputado Wilson Lima.)

DEPUTADO RAAD MASSOUH (DEM. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, boa-tarde a todos. Eu gostaria de aproveitar estes Comunicados de Parlamentares, Deputado Paulo Tadeu, para dizer que concordo plenamente com V. Exa. no que concerne ao nosso Hospital de Sobradinho. Estou na luta, juntamente com V. Exa., para defender não só o Hospital de Sobradinho, mas também todos os outros hospitais. O momento agora não é o de tirar nada de Sobradinho, muito pelo contrário, pois estamos precisando levar mais coisas para a nossa cidade.

Eu quero aproveitar para fazer uma pequena observação sobre uma matéria publicada no *Jornal Alô Brasília*, pelo nosso amigo Lívio. A matéria diz que a minha cunhada trabalha no meu gabinete, e colocou como sendo um caso de nepotismo. Eu quero dizer ao jornalista que se ele não teve tempo de ir ao Departamento de

Pessoal da Câmara Legislativa do Distrito Federal constatar que a minha cunhada nunca foi funcionária do meu gabinete, pois ela me ajuda voluntariamente, eu posso fazer isso por ele.

Em momento algum eu posso aceitar isso como um erro, tenho que aceitar como uma ofensa, e de muito má fé. Defendo o tempo inteiro a luta contra o nepotismo e leio no jornal que a minha cunhada é lotada no meu gabinete. O jornalista deveria se informar, pelo menos, se ela é lotada nesta Casa.

Eu quero informar a vocês, principalmente ao Lívio – gostaria até de conhecê-lo pessoalmente, pois deve ser um jovem inexperiente –, que antes de fazer tamanha ameaça e observação equivocada, Deputado Cláudio Abrantes, ele deveria ter perdido um minuto e ido ao departamento de pessoal desta Casa, Sr. Presidente, antes de afirmar que a minha cunhada foi nomeada. Ela nunca foi nomeada. A minha cunhada me ajuda, a minha mulher me ajuda, muita gente me ajuda, exatamente pela dificuldade que eu tenho aqui. Agora, ver que a minha cunhada foi colocada num jornal como um caso de nepotismo por um jornalista que não se deu ao trabalho de verificar a lista dos contratados do meu gabinete...

Nada tenho contra a imprensa, muito pelo contrário, admiro o trabalho de todos, mas essa foi uma atitude de extrema irresponsabilidade vinda de uma pessoa, com certeza, muito inexperiente e jovem ainda.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (PPS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ainda a respeito da questão do prêmio do Festival de Cinema, eu conversei com a Deputada Eliana Pedrosa e ela, num gesto muito nobre, concordou em fazermos o seguinte: apensarei o meu projeto ao dela e, se já houver emenda quanto à questão da produção digital, o projeto segue com essa emenda para ser apresentada. Se não, eu apresentarei no apenso também uma emenda incluindo no projeto original da Deputada Eliana Pedrosa a questão da produção digital.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Essa é a melhor forma. É uma forma inteligente. Acato o seu pedido.

Pergunto a todos os Líderes desta Casa se há consenso para início da votação dos projetos elencados pela Deputada Eurides Brito no início desta sessão. Há necessidade de suspendermos a sessão?

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, trata-se dos vetos relativos aos subitens n°s 51, 53, 55 e 57 da pauta. Depois, os itens n°s 5 e 7, e também o item n° 27. Eu já os citei antes. Há uma

negociação para depois disso, mas ainda falta o PT se manifestar, o Deputado Reguffe já se manifestou. É sobre os créditos suplementares para pagamento de pessoal. Por favor, Sr. Presidente, eu já havia citado isso para o nosso então Presidente em exercício, Deputado Cabo Patrício.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Certo, eu assumi a Presidência agora, Deputada Eurides Brito.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Nos subitens n°s 51, 53, 55 e 57 houve consenso até para se votar em bloco. Depois, vamos para outros dois assuntos que não têm nada a ver com o PDOT. Trata-se dos itens n°s 5 e 7 da pauta, também são vetos. Em seguida, votaremos o item nº 27, o antidrogas.

No decorrer dessa votação, concluiremos uma negociação para ver se inserimos os 2 créditos suplementares que foram lidos hoje, que implicam pagamentos de servidores. Estamos tentando negociar para ver se conseguimos colocá-los na pauta de votação ainda hoje.

DEPUTADO BRUNELLI – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BRUNELLI (PSC. Sem revisão do orador.) – Deputada Eurides Brito, os Projetos nºs 1.430 e 1.429 foram lidos aqui neste plenário. Inclusive, eu não tenho nada contra, ou melhor, o PSC não tem nada contra, pelo contrário, temos é que somar. Apenas gostaria de dar uma rápida olhada para, quem sabe, implementar algumas emendas.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Deputado Brunelli, é exatamente por esse motivo que estamos deixando para votá-los apenas no final da sessão.

DEPUTADO BRUNELLI – Parece que está faltando a peça física aqui, para podermos analisá-la.

DEPUTADA EURIDES BRITO – O projeto se encontra na Mesa. Ele foi lido hoje.

DEPUTADO BRUNELLI – Peço a V.Exa. que nos diga onde está esse projeto.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Deputado Brunelli, a Mesa deve ter o projeto, porque foi lido hoje. Mas V.Exa. pode usar o meu.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Eu gostaria de saber o que já foi acordado para iniciarmos a votação, Deputada Eurides Brito. Iniciaremos a votação por qual item?

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, há um acordo para votarmos os subitens nºs 51, 53, 55 e 57 referentes ao item nº 1 da pauta: trata-se do PDOT. Inclusive, foi negociado que eles poderiam ser votados em bloco.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Dá-se inicio à

ORDEM DO DIA.

Apreciação, em bloco, dos vetos parciais em relação aos subitens nºs 51, 53, 55 e 57 do Projeto de Lei Complementar nº 46, de 2007.

Subitem nº 51:

Apreciação do veto parcial ao art. 311 do Projeto de Lei Complementar nº 46, de 2007, de autoria do Poder Executivo que "aprova a revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal e dá outras providências".

Subitem nº 53:

Apreciação do veto parcial ao art. 314 do Projeto de Lei Complementar nº 46, de 2007, de autoria do Poder Executivo que "aprova a revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal e dá outras providências".

Subitem nº 55:

Apreciação do veto parcial art. 316 do Projeto de Lei Complementar nº 46, de 2007, de autoria do Poder Executivo que "aprova a revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal e dá outras providências".

Subitem nº 57:

Apreciação do veto parcial art. 319 do Projeto de Lei Complementar nº 46, de 2007, de autoria do Poder Executivo que "aprova a revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal e dá outras providências".

Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

DEPUTADO PAULO TADEU – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o encaminhamento da bancada do Partido dos Trabalhadores é pela manutenção dos vetos.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, a bancada do Governo encaminha pela manutenção dos vetos.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o veto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL — DATA 20 / 10 /2009

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

☐VETO TOTAL ☒VETO(S) PARCIAL(S) A0(S) : Arts. 311 ; 314 ; 316 ; 319

☒PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) 46/07

☐PROJETO DE LEI Nº(S) _____

Autor: **Deputado(a):** _____ ☐Executivo

Relator**: Deputado(a):** Rogério Ulysses

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	BATISTA DAS COOPERATIVAS – PRP				X	
	BENEDITO DOMINGUES - PP	X				
	BENÍCIO TAVARES – PMDB	X				
	BISPO RENATO – PR				X	
	BRUNELLI – DEM	X				
	CABO PATRÍCIO – PT				X	
	CHICO LEITE – PT				X	
	CLAUDIO ABRANTES - PPS	X				
	CRISTIANO ARAÚJO – PTB	X				
	DOUTOR CHARLES – PTB	X				
	ÉRIKA KOKAY – PT				X	
	EURIDES BRITO – PMDB	X				
	ELIANA PEDROSA - DEM	X				
	JAQUELINE RORIZ – PSDB	X				
	MILTON BARBOSA – PSDB	X				
	PAULO TADEU – PT	X				
	PEDRO DO OVO - PMN	X				
	RAAD MASSOUH - DEM				X	
	RAIMUNDO RIBEIRO - PSL	X				
	REGUFFE – PDT	X				
	ROGÉRIO ULYSSES – PSB	X				
	RÔNEY NEMER - PMDB				X	
	WILSON LIMA – PR	X				
	LEONARDO PRUDENTE - DEM	X				
	TOTAL	17			07	

17 07

ASSP — SECRETÁRIO DEP. RAIMUNDO RIBEIRO — ASSP Nº 1 Fls. º

VOTOS "SIM"	17	VETO MANTIDO	X
VOTOS "NÃO"	-	VETO REJEITADO	
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	07		

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 17 votos favoráveis. Houve 7 ausências.

Total de votantes: 17.

Ficam mantidos os vetos aos arts. 311, 314, 316, 319 do Projeto de Lei Complementar nº 46, de 2007.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Deputada Eurides Brito, dentro do acordo que V.Exa. construiu, existem mais vetos ao PDOT para apreciação?

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, apreciaremos agora o Item nº 5 da Ordem do Dia.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Item nº 5:

Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.221, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que "abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R$ 105.119,00 (cento e cinco mil e cento e dezenove reais), para reforço de dotação orçamentária consignada no vigente orçamento".

Concedo a palavra ao Deputado Raad Massouh para emitir relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria. (Pausa.)

Na ausência do Relator, Deputado Raad Massouh, solicito ao Deputado Pedro do Ovo que proceda à leitura do relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO PEDRO DO OVO (PMN. Para proceder à leitura do relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PL nº 1221 / 2009
Fls. nº 349 - 11-92/

RELATÓRIO Nº , DE 2009

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO PARCIAL oposto ao PROJETO DE LEI Nº 1.221/2009, que "Abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R$ 105.119,00 (cento e cinco mil e cento e dezenove reais), para reforço de dotação orçamentária consignada no vigente orçamento".

RELATOR: DEPUTADO ~~RAAD MASSOUH~~
PEDRO DO OVO

Com a Mensagem nº 152/2009-GAG, de 26 de junho, o Governador do Distrito Federal comunicou à Presidência desta Casa que, nos termos do disposto no art. 74, §§ 1º e 2º, da Lei Orgânica do Distrito Federal, **vetou a Emenda Aditiva nº 19/2009 ao Projeto de Lei nº 1.221/2009**.

De acordo com o art. 1º da redação final do projeto, fica aberto, nos termos do art. 57 da Lei nº 4.179, de 17 de julho de 2008, ao Orçamento Anual do Distrito Federal (Lei 4.293, de 26 de dezembro de 2008), para o exercício financeiro de 2009, crédito adicional no valor de R$ 20.565.119,00 (vinte milhões, quinhentos e sessenta e cinco mil, cento e dezenove reais), sendo:

I – crédito suplementar, no valor de R$ 6.185.119,00 (seis milhões, cento e oitenta e cinco mil, cento e dezenove reais), para atender às programações orçamentárias constantes dos Anexos III e VII;

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PL Nº 1221 / 2009
Fls. 350 M.11.971

2

II – crédito especial, no valor de R$ 14.380.000,00 (quatorze milhões e trezentos e oitenta mil reais), para atender às programações orçamentárias constantes dos Anexos IV e VIII.

Conforme o art. 2º da redação final do projeto, o crédito adicional de que trata o art. 1º será financiado, nos termos do art. 43, § 1º, III, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, pela anulação parcial e total de dotações orçamentárias consignadas ao vigente orçamento, conforme Anexos I, II, V e VI.

A proposição foi aprovada com 20 emendas pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. O mesmo ocorreu em Plenário, em primeiro e segundo turnos, após o que o projeto foi encaminhado ao Governador, para os fins do art. 74, *caput*, da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Ao cuidar da matéria, o Chefe do Executivo vetou **Emenda Aditiva nº 19/2009,** alegando ser a mesma tecnicamente inexeqüível, tendo em vista que o teor da referida emenda é igual ao teor da Emenda nº 06 ao Projeto de Lei nº 1.221/2009, alterando somente o número da emenda.

Eis as considerações que julgamos pertinentes e necessárias à deliberação desta Casa sobre o veto em questão.

Sala das Sessões, em

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES
PRESIDENTE

DEPUTADO RAAD MASSOUH

DEP. PEDRO DO OVO
RELATOR

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o relatório da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

DEPUTADO PAULO TADEU – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pela Liderança do Partido dos Trabalhadores, a nossa posição é pela manutenção desse veto.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, somos pela manutenção do veto, portanto votaremos "sim".

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o veto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL — DATA 20 / 10 /2009

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

☐VETO TOTAL ☒VETO(S) PARCIAL(S) A0(S) : Anexos V, VI, VII e VIII -

☐PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S)

☒PROJETO DE LEI Nº(S) 1.221/09

Autor: **Deputado(a):** ☒Executivo

Relator: **Deputado(a):** Pedro do Ovo

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	BATISTA DAS COOPERATIVAS – PRP				X	
	BENEDITO DOMINGUES - PP	X				
	BENÍCIO TAVARES – PMDB					
	BISPO RENATO – PR				X	
	BRUNELLI – DEM	X				
	CABO PATRÍCIO – PT				X	
	CHICO LEITE – PT				X	
	CLAUDIO ABRANTES - PPS	X				
	CRISTIANO ARAÚJO – PTB	X				
	DOUTOR CHARLES – PTB	X				
	ÉRIKA KOKAY – PT				X	
	EURIDES BRITO – PMDB	X				
	ELIANA PEDROSA - DEM	X				
	JAQUELINE RORIZ – PSDB	X				
	MILTON BARBOSA – PSDB	X				
	PAULO TADEU – PT	X				
	PEDRO DO OVO - PMN	X				
	RAAD MASSOUH - DEM	X				
	RAIMUNDO RIBEIRO - PSL	X				
	REGUFFE – PDT	X				
	ROGÉRIO ULYSSES – PSB	X				
	RÔNEY NEMER - PMDB				X	
	WILSON LIMA – PR	X				
	LEONARDO PRUDENTE - DEM	X				
	TOTAL	18			06	

ASSP — SECRETÁRIO DEP. RAIMUNDO RIBEIRO — ASSP Nº ____/____ Fls. º ____

VOTOS "SIM"	18	VETO MANTIDO	X
VOTOS "NÃO"	–	VETO REJEITADO	
ABSTENÇÃO	–		
AUSÊNCIAS	06		

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 18 votos favoráveis. Houve 6 ausências.

Total de votantes: 18.

Fica mantido o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Item nº 7:

Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.273, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que "abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), para reforço de dotação orçamentária consignada no vigente orçamento".

Informo ao Plenário que é a apreciação parcial de 2 subitens do projeto e será votação em bloco para os 2 itens vetados.

Solicito ao Deputado Pedro do Ovo que proceda à leitura do relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO PEDRO DO OVO (PMN. Para proceder à leitura do relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PL n.º 1273/2009
Fls. n.º 612 N-11-97

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO CHICO LEITE – PT/DF

RELATÓRIO Nº , DE 2009

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO PARCIAL oposto ao Projeto de Lei nº 1273/09, que *abre crédito suplementar à lei orçamentária anual do Distrito Federal, no valor de R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) para reforço de dotação orçamentária consignada no vigente orçamento.*

Relator: Deputado ~~Chico Leite~~ PEDRO DO OVO

Pela Mensagem nº 171/2009-GAG (fls. 456/457), o Chefe do Poder Executivo comunicou a esta Casa a oposição de **veto parcial** ao Projeto de Lei n.º 1273, de 2009, de autoria do Poder Executivo.

Trata-se de projeto de lei que pretendeu abrir crédito suplementar à lei orçamentária anual, no valor global de R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), com a distribuição do montante consoante o anexo que o acompanhou.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PL n.º 1273/2009
Fls. n.º 613

Durante sua tramitação, o Projeto recebeu diversas emendas em plenário, com parecer favorável da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças (fls. 168/169). Após as modificações operadas pelas emendas, a redação final ficou na forma acostada a fls. 249.

Remetido ao Chefe do Poder Executivo, ao projeto foi oposto **veto parcial**, especificamente quanto ao conteúdo acrescido pelas emendas n.º 33 e 40, ambas de autoria do Deputado Cristiano Araújo.

Quanto à primeira das referidas emendas (nos autos a fls. 121/122), S. Exa. assim se manifestou:

> "Cancelamento do Programa de Trabalho 15.391.1318.3938.8525 – (EP) Revitalização de Áreas Urbanizadas nas Cidades Satélites do DF, da Secretaria de Estado de Obras, indicado para financiar a abertura de crédito especial, no valor de R$ 2.700.000,00 (dois milhões e setecentos mil reais) em favor da Casa Civil do Distrito Federal, no Programa de Trabalho 18.542.0500.2114.6114 – (EP) Execução de Políticas Ambientais no DF, (D 44.70.51). Esta ação refere-se a uma atividade que envolve um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente e resulta num produto (projeto realizado) necessário à manutenção da ação do governo.
> A realização de obras e instalações (elemento 51) é específica de subtítulos de projeto. Trata de uma operação limitada no tempo, cujo produto concorre para a expansão ou aperfeiçoamento de uma ação do governo, sendo vedada sua inclusão em subtítulo de atividade".

No que tange à segunda (fls. 139/140 dos autos), S. Exa. aduziu o que segue:

> "Cancelamento do Programa de Trabalho 17.451.3700.6058.8596 – Implantação de Obras Infraestrutura em Água-Fria da Secretaria de Estado de Obras, indicado para financiar a abertura de crédito especial, no valor de R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) em favor da Companhia de Planejamento do Distrito Federal – CODEPLAN, no Programa de Trabalho 17.451.3700.6058.8597 – Implantação de Obras Infraestrutura em Água-Fria, incluindo, também, o elemento de despesa 51 – obras e instalações, em subtítulo de atividade, contrariando o disposto no art. 19, inciso III, da Lei n.º 4.179 de 17 de julho de 2008 (LDO) para o exercício de 2009".

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 3
PL n.º 1273/2009
Fls. n.º 614 M. 11.971

Eis as informações que julgamos necessárias à deliberação desta Casa sobre o veto em causa.

Sala das Sessões, em

Deputado ROGÉRIO ULYSSES
Presidente

DEPUTADO CHICO LEITE
Relator

PEDRO DO OVO
RELATOR

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o relatório.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – A orientação é votar "sim".

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputado Paulo Tadeu? A orientação é para votar "sim" também?

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sim, Sr. Presidente, pela mantença.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o veto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DATA 20/10/2009

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

☐VETO TOTAL ☒VETO(S) PARCIAL(S) A0(S) : Anexos VI e VII

☐PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S)

☒PROJETO DE LEI Nº(S) 1.273/09

Autor: **Deputado(a):** ☒Executivo

Relator**: Deputado(a):** Pedro do Ovo

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	BATISTA DAS COOPERATIVAS – PRP	X				
	BENEDITO DOMINGUES - PP	X				
	BENÍCIO TAVARES – PMDB	X				
	BISPO RENATO – PR	X				
	BRUNELLI – DEM	X				
	CABO PATRÍCIO – PT				X	
	CHICO LEITE – PT	X				
	CLAUDIO ABRANTES - PPS	X				
	CRISTIANO ARAÚJO – PTB	X				
	DOUTOR CHARLES – PTB	X				
	ÉRIKA KOKAY – PT				X	
	EURIDES BRITO – PMDB	X				
	ELIANA PEDROSA - DEM	X				
	JAQUELINE RORIZ – PSDB	X				
	MILTON BARBOSA – PSDB	X				
	PAULO TADEU – PT	X				
	PEDRO DO OVO - PMN	X				
	RAAD MASSOUH - DEM	X				
	RAIMUNDO RIBEIRO - PSL	X				
	REGUFFE – PDT	X				
	ROGÉRIO ULYSSES – PSB	X				
	RÔNEY NEMER - PMDB				X	
	WILSON LIMA – PR	X				
	LEONARDO PRUDENTE - DEM	X				
	TOTAL	21			03	

ASSP

SECRETÁRIO DEP. MILTON BARBOSA

ASSP Nº / Fls. º

VOTOS "SIM"	21	VETO MANTIDO	X
VOTOS "NÃO"	–	VETO REJEITADO	
ABSTENÇÃO	–		
AUSÊNCIAS	03		

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 21 votos favoráveis. Houve 3 ausências.

Total de votantes: 21.

Fica mantido o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, há sobre a Mesa o Requerimento nº 1.755, de 2009, de autoria do Deputado Chico Leite, que requer a realização de uma audiência pública que foi organizada para a noite de hoje. O tema da audiência é: Constituição, Trabalho e Democracia, Tensões e Perspectivas. Devo dizer que isso estava previsto para ser votado na quinta-feira passada, mas por falta de *quorum* não votamos. Então, estão convocadas e convidadas as pessoas para participarem da audiência.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência inclui o Requerimento nº 1.755, de 2009, na Ordem do Dia e o chamarei para votação imediata.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (DEM. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar a V.Exa. que fossem incluídos na Ordem do Dia os Projetos de Decreto Legislativo nº 419, de 2009, e nº 418, de 2009.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, sobre a Mesa também há 2 requerimentos. Um requer a realização de Comissão Geral para discutir a Lei nº 4.092, de 2008, que dispõe sobre o controle de poluição sonora, de autoria da bancada do Partido dos Trabalhadores. O outro é de autoria da Deputada Erika Kokay.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputada Eurides Brito, esses requerimentos já estão incluídos na Ordem do Dia.

Esta Presidência solicita à Assessoria da Mesa que auxilie o Deputado Milton Barbosa no encaminhamento das votações dos requerimentos e das moções.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, solicito que seja incluído o Projeto de Decreto Legislativo nº 338, de 2009, na Ordem do Dia. Esse PDL foi protocolado nesta Casa em junho de 2009.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa.

Item nº 27:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei Complementar nº 124, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que "cria o Fundo Antidrogas do Distrito Federal e dá outras providências".

O projeto recebeu 2 emendas na CCJ. Portanto, a CEOF e a CAS devem se manifestar sobre a matéria e as emendas.

Solicito à Deputada Eurides Brito que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei Complementar nº 124, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que "cria o Fundo Antidrogas do Distrito Federal e dá outras providências".

Sr. Presidente, por ser oportuna, necessária e urgente a criação do Fundo, eu a encaminho para aprovação, com análise das emendas modificativas.

A Emenda Modificativa nº 1 dá nova redação ao art. 1º, que diz:

"Fica criado sob a gestão da Secretaria de Estado e Justiça, Direitos Humanos e Cidadania do Distrito Federal, o Fundo Antidrogas – FUNPAD, instrumento de natureza contábil que tem como finalidade captar e administrar recursos voltados à implementação de políticas públicas de prevenção ao uso de drogas, fiscalização e repressão ao tráfico ilícito, tratamento, reabilitação e reinserção social do dependente".

A presente emenda modifica este artigo, mas não há praticamente razão maior para se alterar o texto original, porque de fundo não há nenhuma alteração maior. Portanto, sou pela manutenção do texto original, rejeitando a Emenda Modificativa nº 1.

Quanto à Emenda Modificativa nº 2, em sua redação inicial o art. 6º diz:

"A gestão dos recursos do FUNPAD cabe ao seu Conselho de Administração, constituído pelos seguintes membros: I – Presidente do Conselho de Políticas sobre Drogas do Distrito Federal; II – 2 (dois) representantes escolhidos pelo Governador

do Distrito Federal; III – 2 (dois) representantes escolhidos dentre conselheiros titulares do Conselho de Políticas sobre Drogas do Distrito Federal.

Parágrafo único. A Presidência do Conselho de Administração será exercida pelo Conselho de Políticas sobre Drogas do Distrito Federal".

Há uma Emenda Modificativa que diz: "Dá-se ao art. 6º do projeto a seguinte redação: A gestão dos recursos do FUNPAD cabe ao seu Conselho de Administração, constituído pelos seguintes membros: I – Presidente do Conselho de Políticas sobre Drogas do Distrito Federal; II – 2 (dois) representantes da sociedade civil e da área técnica pertinente, escolhidos pelo Governador; III – 2 (dois) representantes escolhidos dentre conselheiros titulares do Distrito Federal".

Sr. Presidente, somos pela aceitação desta Emenda Modificativa nº 2.

Ainda há uma Emenda de Plenário nº 1, que trata também de alteração do artigo que incluiria um item IV, com 2 representantes escolhidos pelo Sindicato dos Policiais Civis do Distrito Federal, de autoria da Deputada Jaqueline Roriz.

Sr. Presidente, uma vez que aprovamos a emenda anterior, do Deputado Rôney Nemer, peço permissão para ser acrescentado um inciso. Mas acho que, para o Conselho Antidrogas, a nominação de um sindicato não cabe aqui no caso, porque se tivesse que entrar uma representação sindical no Conselho Antidrogas, que fosse a de educação e não a de polícia, pois as atividades policiais já estão aqui representadas pelos titulares do Conselho de Políticas sobre Drogas do Distrito Federal, a que estão já vinculadas as pessoas que entendem realmente sobre o assunto.

Somos pela rejeição desta emenda, Sr. Presidente.

Então, somos pela rejeição da Emenda Modificativa nº 1, do Deputado Rôney Nemer, pela aceitação da Emenda Modificativa nº 2, do Deputado Rôney Nemer, e pela rejeição da Emenda Aditiva de Plenário nº 1.

São as emendas que relatei, Sr. Presidente. Portanto, nos termos relatados, é o nosso voto.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria de pedir desculpa ao Deputado Benício Tavares, pois eu não o tinha visto.

Sr. Presidente, eu gostaria de pedir vista para fazer o exame apenas das emendas, pois quanto ao projeto inaugural não há problema.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Eu concedo vista a V.Exa. por 5 minutos.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, apenas para informar que as emendas estavam no processo; inclusive já as discuti com a Líder do Partido dos Trabalhadores, Deputada Erika Kokay.

DEPUTADO CHICO LEITE – Esse prazo está excelente, Sr. Presidente. Estou solicitando apenas porque a Deputada Erika Kokay passou a liderança ao Deputado Paulo Tadeu, que por sua vez a passou a mim, e eu não recebi a informação da Deputada Erika Kokay. O Deputado Paulo Tadeu acaba de me dizer que não recebeu essa informação. Então, eu queria apenas 5 minutos para uma avaliação, a fim de que tenhamos certeza do que está sendo votado.

Muito obrigado.

DEPUTADO REGUFFE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Sem revisão do orador.) – Eu quero registrar que estou assinando, neste momento, a proposta de emenda à Lei Orgânica, do Deputado Milton Barbosa, que estabelece que o ano legislativo não se encerra enquanto não forem votadas as contas que o Governo tem de apresentar naquele ano.

Há uma série de exemplos, inclusive nesta Casa, de que não se apreciam as contas do Governo, e a população fica sem ter o controle do Poder Legislativo sobre o gasto do dinheiro público. Então, eu penso que é uma proposta meritória. Estou assinando neste momento a proposta do Deputado Milton Barbosa.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Eu também a assinei, Deputado Reguffe.

Deputado Chico Leite, o assessor do Partido dos Trabalhadores me devolveu o projeto. Está pronto para votar? (Pausa.)

Enquanto não votamos o parecer, faremos a leitura do Expediente.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no DCL nº 194 - Suplemento, de 27/10/2009, juntamente com a ata sucinta da 93ª Sessão Ordinária.)

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, estou pronto para votar.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Voltamos ao Projeto de Lei Complementar nº 124, de 2009.

Em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 Deputados.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, o Deputado Benício Tavares fará declaração de voto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A Emenda nº 1 recebeu parecer favorável na Comissão de Constituição e Justiça e parecer contrário na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. Portanto, fica destacada a Emenda nº 1.

A Comissão de Assuntos Sociais irá proferir parecer sobre as emendas e o projeto.

Solicito ao Relator, Deputado Milton Barbosa, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei Complementar nº 124, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que "cria o Fundo Antidrogas do Distrito Federal e dá outras providências".

No âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, eu vou adotar o voto da Deputada Eurides Brito, da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, com uma diferença: sou favorável ao projeto e sou favorável à Emenda Aditiva de Plenário nº 1, da Deputada Jaqueline Roriz, que assenta que, no Conselho, terão direito também 2 representantes escolhidos pelo Sindicato dos Policiais Civis do Distrito Federal.

Dizer que os representantes do Sinpol teriam ingerência na administração do Conselho é conversa fiada, porque eu conheço a instituição, fui diretor-geral dela. Só terão ingerência se o diretor não se impuser.

Então, eu acato a Emenda Aditiva de Plenário nº 1, de 2009, da Deputada Jaqueline Roriz.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer da Comissão de Assuntos Sociais.

Concedo a palavra ao Deputado Paulo Tadeu.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero, primeiro, parabenizar o Deputado Milton Barbosa pelo parecer,

já que se trata de um Conselho e nós entendemos que, quanto mais amplo e democrático for esse Conselho, melhores serão as políticas aplicadas com o objetivo de fortalecer essa relação voltada para a segurança pública. O Deputado Cabo Patrício falou isso aqui e vai reafirmar.

Então, no primeiro turno, nós concordamos com o parecer de S.Exa. Achamos que ele é bem coerente, com a participação das demais entidades dos trabalhadores, porque não tem sentido, Sr. Presidente, excluir os trabalhadores da participação de tal Conselho.

Nós temos aqui Deputados que são oriundos da corporação da Polícia Civil, como o próprio Deputado Milton Barbosa, o Deputado Cláudio Abrantes, o Deputado Alírio Neto. Então, é importante que apoiemos, sim, essa emenda da Deputada Jaqueline Roriz. Queremos, inclusive, que a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar, os trabalhadores possam participar também desse grande Conselho.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Eurides Brito

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Dentro da lógica com que aqui está se discutindo, ou melhor, dentro do veio por que o assunto está sendo discutido, eu quero dizer que eminentemente a questão das drogas atinge o sistema escolar. É nas escolas, na proximidade das escolas que tudo começa. É dentro do ambiente das escolas que tudo começa. Se é para colocar a instituição sindical no Conselho, então eu vou apresentar uma emenda para colocar o Sindicato dos Professores no Conselho, porque é a escola, é a escola o principal.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Apresente no segundo turno.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Nós educadores consideramos que a questão é educacional, mais do que questão policial. Então, agora vou redigir uma emenda de plenário, Emenda nº 2.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em segundo turno.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Cabo Patrício.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu só queria reforçar a intervenção do Deputado Paulo Tadeu e da Deputada Eurides Brito dizendo que realmente há um consenso de que, quanto mais amplo o Conselho, melhor, até porque vai ser melhor debatido. Essa questão das drogas envolve não só a questão policial, como também a educacional.

Então, que haja representante do Sinpol, como o Deputado Milton Barbosa disse. O relatório foi muito bem fundamentado, muito bem substanciado, Deputado Milton Barbosa. V.Exa. está de parabéns. E que se incluam associações de policiais e bombeiros militares, que não podem ser sindicalizados, uma associação filiada à

Associação Nacional dos Praças, que tem representação nacional, e também membros do Sinpro, porque também é uma questão de educação, não é só uma questão policial. Principalmente por isso e com isso, torna-se mais democrático, mais amplo e, com certeza, mais eficaz e eficiente no combate às drogas no Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão o parecer da Comissão de Assuntos Sociais.

Concedo a palavra ao Deputado Milton Barbosa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, excluir os representantes das entidades de classe é excluir quem exatamente faz a prevenção e repressão às drogas. Por que não participarem?

Era só isso, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Eurides Brito.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria que agora fosse apreciada a emenda que colocaremos no segundo turno, incluindo a representação do Sindicato dos Professores.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Apresente no segundo turno, porque o PT também vai apresentar no segundo turno.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Dois membros do SINPRO farão parte da constituição do Conselho. Insisto que a questão é mais educacional do que policial e que o cenário é mais a escola do que fora da escola, é escola e redondeza da escola. O agente principal nisso não é o policial, é o educador.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Milton Barbosa

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, negar a participação do policial no Conselho... O policial acaba também... Nós também temos professores lá. Eu entendi o que S.Exa. falou, mas o policial não deixa de ser um professor. Nós temos a Academia de Polícia Civil, onde há professores policiais. Há tanto aqui como na PM, que tem aquele programa de prevenção nas escolas.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer da Comissão de Assuntos Sociais está aprovado com a presença de 17 Deputados.

A Emenda Modificativa nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, foi acatada pela Comissão de Constituição e Justiça e rejeitada pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. Já a Comissão de Assuntos Sociais acatou a Emenda Aditiva de Plenário nº 1. Então, as duas estão automaticamente destacadas.

Ressalto que os pareceres da Comissão de Constituição e Justiça, da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e da Comissão de Assuntos Sociais estão divergentes quanto à Emenda Modificativa nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, e à Emenda Aditiva de Plenário nº 1.

Em discussão o projeto, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

DATA: 20/10/2009

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO

VOTAÇÃO EM ☒ 1º TURNO ☐ 2º TURNO ☐ TURNO ÚNICO
☐ REDAÇÃO FINAL EM / /2009

☐PARECER ☐ORAL ☐REJEIÇÃO PROJETO ☐FAVORÁVEL PROJETO ☐COM EMENDA(S) ☐ANEXO
☐EMENDAS AP. Nºs_____ ☐EMENDAS REJ. Nºs_____
☐CCJ ☐CEOF ☐CAS ☐CDDHCEDP ☐CAF ☐CDC ☐CES ☐CSEG ☐CDESCTMAT ☐M.DIR. ☐COM.ESP.
☐PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S)_____
☒PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) 124/09
☐PROJETO DE LEI Nº(S)_____
☐PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S)_____
☐PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S)_____
☐RECURSO Nº (S)_____
☐REQUERIMENTO Nº (S)_____
☐OUTROS_____
☐VOTO EM SEPARADO ☐ FAVORÁVEL ☐ CONTRÁRIO_____
Autor: **Deputado(a):** _____ ☐Executivo
Relator: **Deputado(a):** _____

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	BATISTA DAS COOPERATIVAS	PRP	X				
	BENEDITO DOMINGOS	PP	X				
	BENÍCIO TAVARES	PMDB	X				
	BISPO RENATO	PR				X	
	BRUNELLI	DEM	X				
	CABO PATRÍCIO	PT	X				
	CHICO LEITE	PT	X				
	CLÁUDIO ABRANTES	PPS	X				
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X				
	DOUTOR CHARLES	PTB	X				
	ELIANA PEDROSA	DEM				X	
	ÉRIKA KOKAY	PT				X	
	EURIDES BRITO	PMDB	X				
	JAQUELINE RORIZ	PSDB	X				
	MILTON BARBOSA	PSDB	X				
	PAULO TADEU	PT	X				
	PEDRO DO OVO	PMN	X				
	RAAD MASSOUH	DEM				X	
	RAIMUNDO RIBEIRO	PSL	X				
	REGUFFE	PDT	X				
	ROGÉRIO ULYSSES	PSB	X				
	RÔNEY NEMER	PMDB				X	
	WILSON LIMA	PR	X				
	LEONARDO PRUDENTE	DEM	X				
	TOTAL	---	19			05	

*P/S- PRESIDENTE/SECRETÁRIO

SECRETÁRIO DEP. MILTON BARBOSA

CONSOLIDADO POR _____ ASSINATURA _____ MAT.

ASSP/_____Nº_____/__
FOLHA Nº_____

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 19 votos favoráveis. Houve 5 ausências.

Está aprovado o Projeto de Lei Complementar n° 124, de 2009.

Na forma do art. 197, inciso IV, do Regimento Interno, em discussão a Emenda Modificativa n° 1 e a Emenda Aditiva de Plenário nº 1.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando as emendas; os que votarem "não" estarão rejeitando-as.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

DATA 20/10/2009

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE DESTAQUE EM PLENÁRIO

Conforme art. 172, 173, 174, 197– I, IV, XII, XV do REGIMENTO INTERNO solicito DESTAQUE da(o):

☒ EMENDA(S) 01 (CCJ) e 01 (Plenário)

☐ PARTE (S) DA PROPOSIÇÃO. ART.(S)_____

☐ PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S)_____

☒ PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) 124/09

☐ PROJETO DE LEI Nº(S)_____

☐ PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S)_____

Art. 196 do RI

AUTOR DO DESTAQUE DEPUTADO_____

	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	BATISTA DAS COOPERATIVAS	PRP	X				
	BENEDITO DOMINGOS	PP	X				
	BENÍCIO TAVARES	PMDB	X				
	BISPO RENATO	PR	X				
	BRUNELLI	DEM	X				
	CABO PATRÍCIO	PT	X				
	CHICO LEITE	PT	X				
	CLÁUDIO ABRANTES	PPS	X				
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X				
	DOUTOR CHARLES	PTB	X				
	ELIANA PEDROSA	DEM				X	
	ÉRIKA KOKAY	Paulo				X	
	EURIDES BRITO	PMDB	X				
	JAQUELINE RORIZ	PSDB	X				
	MILTON BARBOSA	PSDB	X				
	PAULO TADEU	PT	X				
	RAAD MASSOUH	DEM	X				
	PEDRO DO OVO	PMN	X				
	RAIMUNDO RIBEIRO	PSL	X				
	REGUFFE	PDT	X				
	ROGÉRIO ULYSSES	PSB	X				
	RÔNEY NEMER	PMDB				X	
	WILSON LIMA	PR	X				
	LEONARDO PRUDENTE	DEM	X				
	TOTAL	--	24			03	

*P/S- PRESIDENTE/SECRETÁRIO

SECRETÁRIO DEP. MILTON BARBOSA

CONCLUSÃO

☒ APROVADA(S) A(S) EMENDA(S)/PARTE DA PROPOSIÇÃO

☐ REJEITADA(S) A(S) EMENDA(S)/PARTE DA PROPOSIÇÃO

☐ RETIRADO DESTAQUE DA(S) EMENDA(S)/PARTE DA PROPOSIÇÃO

☐ PREJUDICADO DESTAQUE OU A(S) EMENDA(S)/PARTE DA PROPOSIÇÃO

CONSOLIDADO POR _____ _____ ASSINATURA MAT.	ASSP/_____Nº_____/____ FOLHA Nº_____

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 21 votos favoráveis. Houve 3 ausências.

Estão aprovadas as emendas. Portanto, elas farão parte do texto e vão a segundo turno.

As matérias seguem a tramitação regimental.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Havia pedidos de declaração de voto do projeto anterior, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Está bom.

Apreciação, em bloco, dos seguintes itens:

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 400, de 2009, de autoria do Deputado Brunelli, que "concede título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Luiz Gonzaga Neto".

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 416, de 2009, de autoria do Deputado Brunelli, que "concede título de Cidadão Honorário de Brasília ao Pastor Geraldo Lima Filho".

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 417, de 2009, de autoria do Deputado Brunelli, que "concede título de Cidadão Honorário de Brasília ao Pastor Renato Maleski".

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 418, de 2009, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, que "concede título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Plínio José Borges Mosca".

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 419, de 2009, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, que "concede título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Fernando Corrêa da Silva".

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 420, de 2009, de autoria do Deputado Brunelli, que "concede título de Cidadã Honorária de Brasília à Apóstola Ana Marita Nogueira Terra Nova".

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 422, de 2009, de autoria do Deputado Brunelli, que "concede título de Cidadão Honorário de Brasília ao empresário Sr. José Ricardo Marques".

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 365, de 2009, de autoria do Deputado Rogério Ulysses, que "concede título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. João Hermeto de Oliveira Neto".

Item nº 55:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 324, de 2009, de autoria da Deputada Jaqueline Roriz, que "concede título de Cidadã Honorária de Brasília à empresária Cleuza Ferreira".

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 320, de 2009, de autoria do Deputado Brunelli, que "concede título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. João Carlos Couto Lóssio Filho".

Item nº 54:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 2007, de autoria do Deputado Rogério Ulysses, que "concede título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Roberto Martins da Silva (mestre Bethinho)".

A Presidência designa o Deputado Milton Barbosa para emitir parecer sobre as matérias.

Solicito ao Relator, Deputado Milton Barbosa, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais aos projetos de decreto legislativo que ainda não têm parecer.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais aos Projetos de Decreto Legislativo nºs 400, de 2009; 416, de 2009; 417, de 2009; 418, de 2009; 419, de 2009; 420, de 2009; 422, de 2009; e 365, de 2009.

O nosso parecer é pela aprovação desses projetos de decreto legislativo.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 21 Deputados.

(Assume a Presidência o Deputado Milton Barbosa.)

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) – A Presidência designa o Deputado Wilson Lima para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Wilson Lima, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre os projetos de decreto legislativo.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça aos Projetos de Decreto Legislativo nºs 400, de 2009; 416, de 2009; 417, de 2009; 418, de 2009; 419, de 2009; 420, de 2009; 422, de 2009; 365, de 2009; 324, de 2009; e 320, de 2009.

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, somos pela admissibilidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 21 Deputados. Houve 1 voto contrário, do Deputado Reguffe.

(Assume a Presidência o Deputado Wilson Lima.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Também se encontram em discussão e votação, em turno único, os seguintes itens:

Item nº 56:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 476, de 2009, de autoria do Deputado Brunelli, que "parabeniza a Polícia Civil do Distrito Federal, na pessoa da Ronalda das Graças Cunha, por seu excelente trabalho prestado no transporte da Polícia Civil do Distrito Federal".

Item nº 57:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 478, de 2009, de autoria do Deputado Paulo Tadeu, que "manifesta votos de louvor a professores da rede pública de ensino do Distrito Federal".

Item nº 58:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 481, de 2009, de autoria do Deputado Bispo Renato, que "parabeniza as lideranças que especifica pelos serviços prestados à comunidade do Distrito Federal".

Item nº 59:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 482, de 2009, de autoria do Deputado Brunelli, que "parabeniza o Pr. Marcelo da Cruz Silva pelos relevantes serviços prestados à comunidade evangélica do Distrito Federal".

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 484, de 2009, de autoria do Deputado Wilson Lima, que "manifesta voto de louvor e parabeniza, pelo incentivo e apoio à prática do dominó no Distrito Federal, as pessoas que menciona".

Item nº 60:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.827, de 2009, de autoria do Deputado Rogério Ulysses, que "requer a realização de audiência pública, no auditório desta Casa, no dia 6 de novembro de 2009, às 19 horas, para discutir os aumentos abusivos das mensalidades escolares e taxas de material, para o exercício de 2010, praticados pelos estabelecimentos de ensino particular do Distrito Federal".

Item nº 61:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.835, de 2009, de autoria da Deputada Erika Kokay, que "requer a realização de audiência pública, no âmbito desta Casa, sobre a reorganização dos Conselhos Tutelares do Distrito Federal".

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.861, de 2009, de autoria da bancada do Partido dos Trabalhadores, que "requer a realização de comissão geral, no âmbito desta Casa, para discutir a Lei nº 4.092, de2008, que dispõe sobre o controle de poluição sonora e o limite máximo de intensidade da emissão de sons e ruídos resultantes de atividades urbanas e rurais no Distrito Federal".

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.862, de 2009, de autoria da Deputada Erika Kokay, que "requer a realização de comissão geral, no âmbito desta Casa, sobre a reorganização dos Conselhos Tutelares do Distrito Federal".

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.775, de 2009, de autoria do Deputado Cristiano Araújo, que "requer a retirada de tramitação e o arquivamento do Projeto de Lei nº 924, de 2008".

Em discussão, em turno único, os projetos de decreto legislativo, os requerimentos e as moções.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero registrar o meu voto contrário a esse bloco de projetos que concedem títulos de Cidadão Honorário, por ser contra a concessão de títulos de Cidadão Honorário por esta Casa. Eu penso que isso em nada melhora a vida da população e consome dinheiro público. Por isso o meu registro de voto contrário a esse bloco de projetos de decreto legislativo.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam os projetos de decreto legislativo, as moções e os requerimentos permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Os projetos de decreto legislativo, as moções e os requerimentos estão aprovados com a presença de 21 Deputados. Houve 1 voto contrário, do Deputado Reguffe, e 1 abstenção, do Deputado Chico Leite.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação das redações finais dos projetos de decreto legislativo.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação das matérias.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 400, de 2009, de autoria do Deputado Brunelli, que "concede título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Luiz Gonzaga Neto".

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 416, de 2009, de autoria do Deputado Brunelli, que "concede título de Cidadão Honorário de Brasília ao Pastor Geraldo Lima Filho".

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 417, de 2009, de autoria do Deputado Brunelli, que "concede título de Cidadão Honorário de Brasília ao Pastor Renato Maleski".

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 418, de 2009, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, que "concede título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Plínio José Borges Mosca".

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 419, de 2009, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, que "concede título de Cidadão Benemérito de Brasília ao Sr. Fernando Corrêa da Silva".

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 420, de 2009, de autoria do Deputado Brunelli, que "concede título de Cidadã Honorária de Brasília à apóstola Ana Marita Nogueira Terra Nova".

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 422, de 2009, de autoria do Deputado Brunelli, que "concede título de Cidadão Honorário de Brasília ao empresário Sr. José Ricardo Marques".

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 365, de 2009, de autoria do Deputado Rogério Ulysses, que "concede título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. João Hermeto de Oliveira Neto".

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 324, de 2009, de autoria da Deputada Jaqueline Roriz, que "concede título de Cidadã Honorária de Brasília à empresária Cleuza Ferreira".

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 320, de 2009, de autoria do Deputado Brunelli, que "concede título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. João Carlos Couto Lóssio Filho".

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 2007, de autoria do Deputado Rogério Ulysses, que "concede título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Roberto Martins da Silva (mestre Bethinho)".

Em discussão as redações finais. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, as redações finais são consideradas definitivamente aprovadas, dispensada as votações.

Os projetos de decreto legislativo vão à promulgação.

Esta Presidência comunica que o PDL nº 27, de 2007, foi incluído na pauta porque estava com a tramitação concluída.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, quero lembrar os dois créditos suplementares para pagamento de pessoal. Peço também a votação do Projeto de Lei nº 1.370/2009, que também trata de crédito suplementar. Anexadas a ele vão as emendas parlamentares que estavam na Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 1.400. Como ela não será apreciada hoje, as emendas parlamentares estão migrando para o Projeto de Lei nº 1.370, de 2009.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no DCL nº 194 - Suplemento, de 27/10/2009, juntamente com a ata sucinta da 93ª Sessão Ordinária.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – São dois requerimentos.

Defiro o Requerimento nº 1.865, de 2009, que requer a tramitação conjunta do Projeto de Lei nº 499, de 2007, ao Projeto de Lei nº 1.488, de 2004.

Da mesma forma, defiro o Requerimento nº 1.866, de 2009, que requer o apensamento do Projeto de Resolução nº 75, de 2009, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes, ao Projeto de Resolução nº 123, de 2005, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa.

Deputada Eurides Brito, Líder do Governo, eu quero saber que acordo há para o próximo item de votação.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, o acordo é aquele que eu já disse a V.Exa. uma, duas, três, quatro, cinco vezes, há duas horas, que é o de votar os dois créditos suplementares de pagamento de pessoal. Após a votação dos créditos, há um acordo para se votar o Projeto de Lei nº 1.370, de 2009. Agora, são os créditos exclusivos para pagamento de pessoal. São dois créditos.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputada Eurides Brito, esses créditos foram lidos hoje?

DEPUTADA EURIDES BRITO – Não, Sr. Presidente. Estão velhos aí. O papel já está até ficando bolorento. Um é de 14 ou 10 de outubro, eu acho.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputada Eurides Brito, V.Exa. tem os números? (Pausa.)

Acabaram de me informar, são os Projetos de Lei nºs 1.429 e 1.430.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, eu já tinha informado antes. São os Projetos de Lei nºs 1.429 e 1.430.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputada Eurides Brito, nós já temos os números.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.429, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que "abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R$ 98.648.100,00 (noventa e oito milhões seiscentos e quarenta e oito mil e cem reais) para reforço de dotações orçamentárias consignadas ao vigente orçamento".

Informo a todos que o projeto recebeu uma emenda.

Esta Presidência designa a Deputada Eurides Brito para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito à Relatora, Deputada Eurides Brito, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, antes de relatar, ainda como Líder de Governo, quero lembrar que os Projetos de Lei nºs 1.429 e 1.430 estavam naquele pacote referente ao acordo que houve, hoje, para votação.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, os Líderes estão em negociação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Sim, Deputado Cabo Patrício.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Sr. Presidente, existe acordo para votarmos os dois créditos relativos aos Projetos de Lei nºs 1.429 e 1.430. Pergunto a V.Exa. quais são os outros itens.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputado Cabo Patrício, é o Projeto de Lei nº 1.370, que trata de outro crédito ao qual os Deputados haviam apresentado emendas. São três créditos.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, são dois projetos de lei, um crédito e o outro é um tema relacionado à TCB. São dois projetos de lei. Agora, o terceiro, que vai entrar, que não estava naquele pacote inicial e acolhe as emendas dos Parlamentares é um crédito também.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – V.Exa. não disse nada diferente. Falei que são três créditos.

Solicito à Relatora, Deputada Eurides Brito, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.429, de 2009, que "abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R$ 98.648.100,00 (noventa e oito milhões seiscentos e quarenta e oito mil e cem reais), para reforço de dotações orçamentárias consignadas ao vigente orçamento".

Traduzindo tudo isso, Sr. Presidente, esse crédito suplementar é para pagamento de pessoal.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Há uma emenda aí.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Traduzindo tudo isso, Sr. Presidente, nossa pressa para apreciar a matéria é para que não haja atraso em folha de pagamento de servidor.

Há uma emenda aditiva, a de nº 1, do Plenário, que não atrapalha em absolutamente nada a votação. O que queremos é a votação. Porém, ela é uma emenda supressiva. Assinei também essa emenda, que suprime o art. 3º do Projeto de Lei em epígrafe, como Líder de Governo. Ela serve para que o Governo deixe para dizer em mensagem específica, ao final de novembro, que pode, no mês de dezembro, com os outros saldos, fazer crédito suplementar para suprir alguma deficiência. Mas não, já antecipadamente, fazê-lo neste processo de pagamento de servidor.

Sou, portanto, pela aprovação, com o acolhimento da emenda supressiva.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 16 Deputados, em primeiro turno.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.430, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que "abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R$ 47.213.878,00 (quarenta e sete milhões duzentos e treze mil oitocentos e setenta e oito reais)".

A Presidência designa a Deputada Eurides Brito para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito à Relatora, Deputada Eurides Brito, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.430, de 2009, que "abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R$ 47.213.878,00 (quarenta e sete milhões duzentos e treze mil oitocentos e setenta e oito reais)".

Sr. Presidente, o Projeto de Lei nº 1.430, de 2009, já foi por mim relatado e agora o faço pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. Volto a dizer que o crédito aqui encaminhado se destina à cobertura de folha de pagamento de servidores, razão pela qual submetemos o projeto à aprovação. Os interessados são vários órgãos do Distrito Federal, da Casa Civil à Secretaria de Habitação, passando pela CEASA, pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Secretaria de Obras, enfim, diversos órgãos do Governo.

Somos pelo acolhimento da proposta; portanto, pela aprovação, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.430, de 2009. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Em discussão o Projeto de Lei nº 1.430, de 2009, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 16 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 30:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.370, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que "abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R$ 19.977.587,00 (dezenove milhões novecentos e setenta e sete mil quinhentos e oitenta e sete reais)".

Solicito ao Deputado Brunelli que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO BRUNELLI (PSC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estamos aguardando duas emendas de Parlamentares, uma do Deputado Benedito Domingos e outra do Deputado...

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Vamos deixar o segundo turno, Deputado!

DEPUTADO BRUNELLI – O Deputado Benedito Domingos acabou de chegar.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Solicito ao Deputado Brunelli que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria, bem como às emendas de Plenário apresentadas.

(Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A Presidência vai suspender os trabalhos durante cinco minutos.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 18h09min, a sessão é reaberta às 18h13min.)

(Assume a Presidência o Deputado Cabo Patrício.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Está reaberta a sessão.

A Presidência designa o Deputado Brunelli para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Brunelli, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO BRUNELLI (PSC. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.370, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que "abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R$ 19.977.587,00 (dezenove milhões novecentos e setenta e sete mil quinhentos e oitenta e sete reais)".

Sr. Presidente, nós recebemos a Emenda Aditiva n° 1, de autoria do Deputado Milton Barbosa, e renumerando as demais emendas: Emenda Aditiva n° 2, de autoria do Deputado Bispo Renato; Emenda n° 3, de autoria do Deputado Bispo Renato; Emenda Aditiva n° 4, de autoria do Deputado Benedito Domingos; Emenda Aditiva n° 5, de autoria dos Deputados Benedito Domingos, Dr. Charles e Eurides Brito; Emenda Aditiva n° 6, de autoria da Deputada Jaqueline Roriz; Emenda n° 7, de autoria da Deputada Jaqueline Roriz; Emenda nº 8, de autoria da Deputada Jaqueline Roriz; Emenda nº 9, de autoria da Deputada Jaqueline Roriz; Emenda nº 10, de autoria da Deputada Jaqueline Roriz; Emenda nº 11, de autoria do Deputado Bispo Renato; Emenda nº 12, de autoria da Deputada Jaqueline Roriz; Emenda nº 13, de autoria do Deputado Dr. Charles; Emenda nº 14, de autoria do Deputado Rogério Ulysses; Emenda nº 15, de autoria do Deputado Benedito Domingos; Emenda nº 16, de autoria do Deputado Claudio Abrantes; Emenda nº 17, de autoria do Deputado Claudio Abrantes; Emenda nº 18, de autoria do Deputado Bispo Renato; Emenda nº 19, de autoria do Deputado Benedito Domingos; Emenda nº 20, de autoria da bancada do Partido dos Trabalhadores; Emenda nº 21, de autoria da Deputada Jaqueline Roriz; Emenda nº 22, de autoria da Deputada Jaqueline Roriz; Emenda nº 23, de autoria do Deputado Cristiano Araújo; Emenda nº 24, de autoria da Mesa Diretora; Emenda nº 25, de autoria do Deputado Rogério Ulysses; Emenda nº 26, de autoria do Deputado Benedito Domingos; Emenda nº 27, de autoria do Deputado Brunelli; Emenda nº 28, de autoria do Deputado Benício Tavares; e Emenda nº 29, de autoria do Deputado Bispo Renato.

Essas emendas, a partir da renumeração da Emenda de nº 2, estavam contidas no Projeto de Lei nº 1.400, e foram transportadas para o Projeto de Lei nº 1.370, conforme acordo de Lideranças, e todas foram renumeradas passando-se para as Emendas de nº 1 a 29.

Tendo a questão do Orçamento, a Lei de Responsabilidade Fiscal, a LOA e o PPA, somos pela aprovação do projeto com as respectivas emendas citadas.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer da CEOF. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Indago se há algum questionamento, se alguém discorda do encaminhamento do Relator da CEOF. (Pausa.)

Ninguém discorda. Então está aprovado o parecer da CEOF.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei n 1.370, de 2009. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 16 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Esta Presidência vai encerrar a sessão, convocando sessão extraordinária imediatamente após esta, para apreciação, em segundo turno, dos itens votados em primeiro turno, bem como algum outro item em que se possa transpor a pauta, caso seja acordado pelos Deputados.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18h20min.)

Este texto não substitui o publicado no *Diário da Câmara Legislativa* nº 200-Suplemento, de 5/11/2009.